

Santarém durante a época romano-republicana

ANA MARGARIDA ARRUDA¹ UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

CATARINA VIEGAS² UNIARQ – CENTRO DE ARQUEOLOGIA, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Resumo

Na Alcáçova de Santarém, os níveis correspondentes às ocupações romana e da Idade do Ferro encontram-se muito afectados pelas ocupações posteriores, nomeadamente islâmicas. Apesar disso foi, muitas vezes possível reconhecer alguns contextos homogéneos de época romano-republicana e verificar as associações de materiais que nelas se registaram. Neste trabalho, os dados recolhidos ao longo de mais de uma década de trabalhos arqueológicos realizados no sítio, sob a direcção das autoras, são sintetizados, avaliando-se o conjunto de forma integrada, dando-se particular atenção aos recuperados em clara associação contextual.

A informação que foi possível extrair da análise concretizada, associada à que está disponível para outros sítios coevos do vale do Tejo, permitiu discutir o complexo processo de conquista e romanização da região, parecendo claro que foi durante o pretorado de César na Ulterior que o sítio se integrou, plenamente, no mundo provincial romano, o que, aliás, o próprio topónimo *Scallabis Praesidium Iulium* já deixava perceber.

Summary

In Alcáçova de Santarém, the archaeological levels corresponding to the Iron Age and Roman occupation were severely affected by later occupations, particularly Islamic. Despite this fact, it was often possible to recognize Roman Republican homogeneous contexts and to observe the associations of materials in them.

In this work, the authors discuss the data collected over more than a decade of archaeological work conducted at the site under their direction. The information available was synthesized and the set of data was evaluated in an integrated way, giving particular attention to the one that was recovered in clear contextual association.

The information that was possible to extract from this systematic analysis, associated to that available to other coeval sites in the Tagus valley, allowed to discuss the complex process of conquest and Romanization of the region. As a result, it seems clear that it was during the period when Caesar was Propraetor in the Ulterior, that the site was fully integrated in the Roman provincial world, a reality that the place name, *Scallabis Praesidium Iulium*, already made notice.

1. Introdução

O trabalho que aqui se apresenta resulta dos dados que, para estas cronologias, foram obtidos durante as longas e extensas escavações que as autoras tiveram oportunidade de dirigir na Alcáçova de Santarém entre 1983 e 2001. Trata-se, em grande parte, de resultados coligidos em trabalhos parcelares, já publicados ou divulgados, que aqui se reúnem e discutem globalmente e de forma mais geral, tendo-se tentado verificar e analisar as suas associações e os respectivos contextos de recolha.

Neste âmbito, parece importante começar por lembrar que os níveis arqueológicos romanos do sítio, bem como aliás os da Idade do Ferro, foram particularmente afectados pelas ocupações posteriores, concretamente as de época islâmica, que muitas vezes implicaram construções subterrâneas maioritariamente de tipo silo, mas também as que se datam entre o século XIII e o XIX. A construção do Jardim das Portas do Sol nos inícios do século passado foi também gravosa para a conservação dos estratos correspondentes às ocupações da Antiguidade, assim como as construções erguidas na mesma época, na Avenida 5 de Outubro.

Assim, a grande maioria dos espólios republicanos, que são muito abundantes, surgiu descontextualizada, ainda que alguns tenham sido recuperados em contextos primários, alguns deles associados a construções. Estes últimos permitiram, de algum modo, integrar cultural e cronologicamente os primeiros, tendo sido possível abordar quase todos no âmbito do complexo processo da conquista e romanização do vale do Tejo.

Resta ainda recordar, nesta breve introdução, que o sítio arqueológico corresponde à antiga colónia romana *Scallabis Praesidium Iulium*, cuja fundação se tem vindo a atribuir a César e a Augusto (Mantas, 1993; Faria, 1999, Arruda e Viegas, 1999). Seguro parece ser o facto de esta se sobrepor a um acampamento fundado por César durante o seu pretorado na Ulterior, em 60 a.n.e. (Arruda e Viegas, 1999).

Implanta-se no vasto planalto sobranceiro ao Tejo, onde na Idade Média se ergueu a Alcáçova. Dista cerca de 70 Km. da foz do estuário deste rio e, assim, de *Olisipo*, e está a escassos 12,5 de Chões de Alpompe (*Móron*), com o qual mantém, aliás uma relação de estreita inter-visibilidade. Dele se avista também o Alto do Castelo (Alpiarça), outro muito provável acampamento romano coevo (Kalb e Hock, 1988), bem como o Alto dos Cacos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012), o Porto do Sabugueiro, em Muge (Pimenta e Mendes 2008, *Idem*, 2013) e o Monte dos Castelinhos (Pimenta e Marques, 2103), sítios cuja ocupação republicana é conhecida e densa.

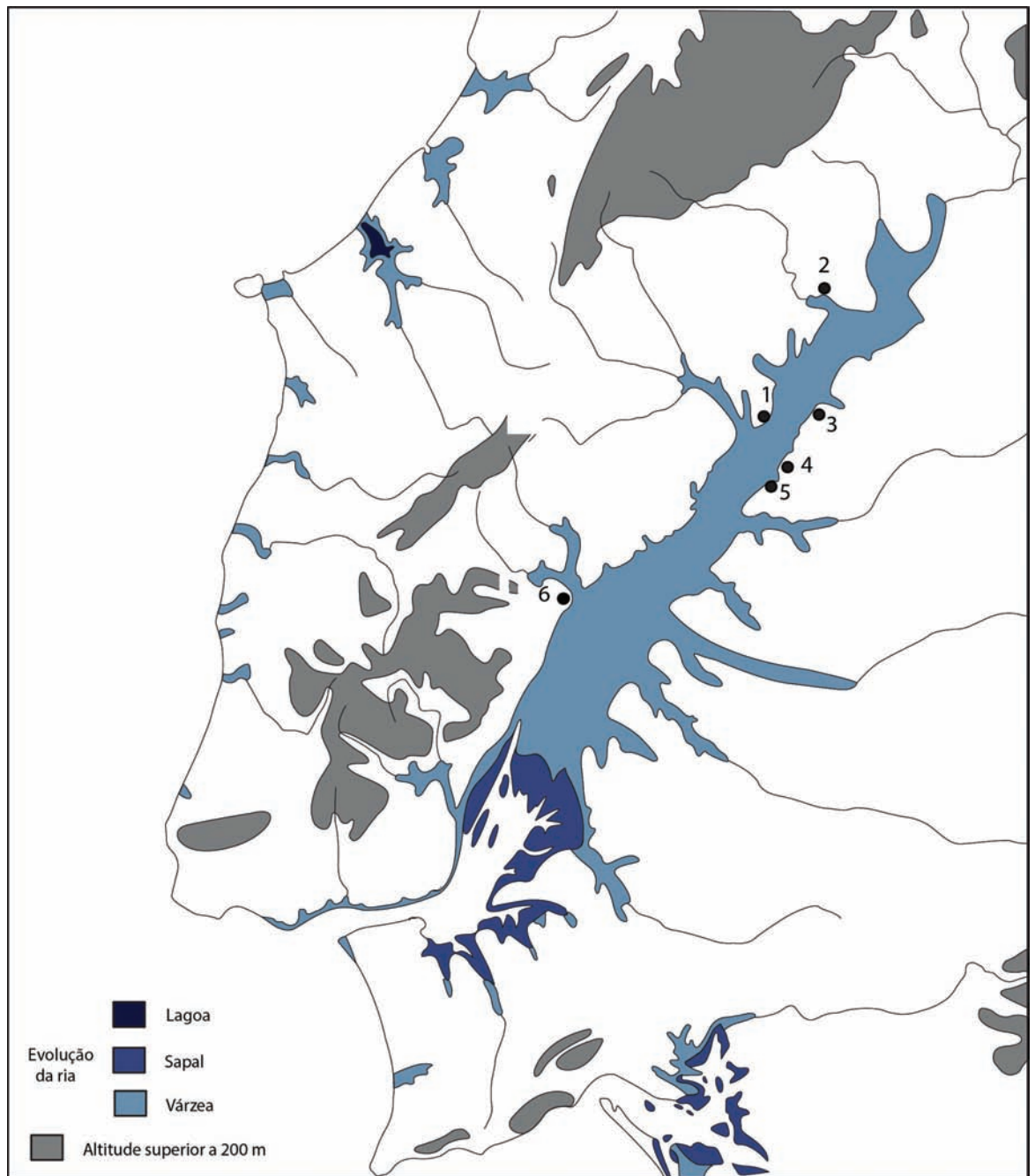


Figura 1
Estuário do Tejo
com localização
de Santarém e dos
restantes sítios com
ocupação republicana
(base cartográfica
Daveau , 1994). 1.
Santarém; 2. Chões
de Alpompe; 3. Alto
do Castelo; 4. Alto
dos Cacos; 5. Porto
Sabugueiro; 6. Monte
dos Castelinhos.

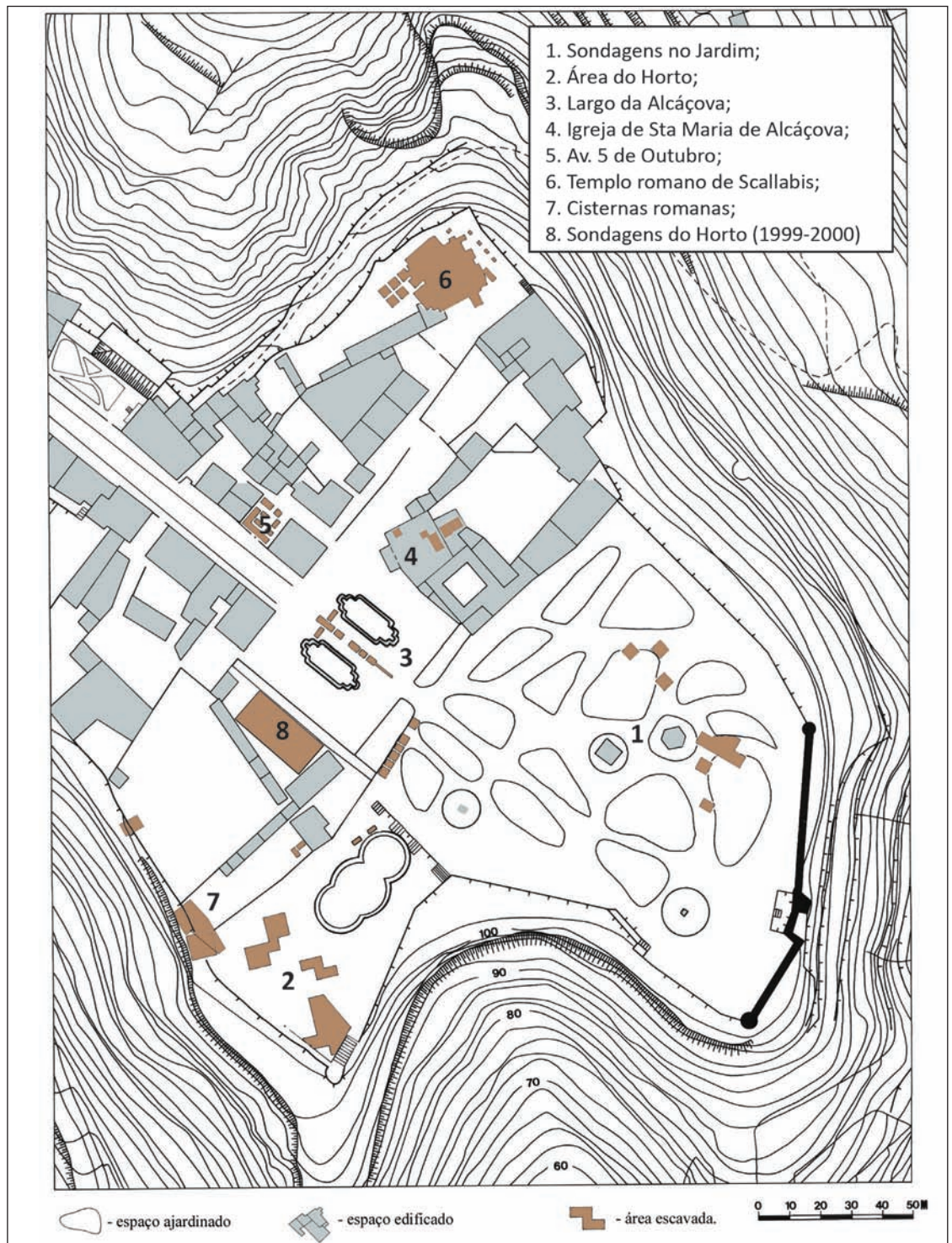


Figura 2
 Planta da Alcáçova
 de Santarém com
 a localização das
 áreas escavadas
 mencionadas no texto
 (segundo Arruda,
 2002, adaptado).

2. Os contextos

Tal como fizemos já referência, são escassos os contextos primários relacionados com a ocupação romano-republicana da Alcáçova de Santarém. Contudo, foi possível identificar alguns deles, nomeadamente os que se puderam identificar na área dos viveiros durante os trabalhos de campo de 1999 e 2000, e que estavam associados à construção de um conjunto arquitectónico composto por vários edifícios organizados em função de arruamentos, bem como os que se encontravam sob estes, concretamente fossas e aterros. Neste caso, a área escavada foi extensa, o que possibilitou uma leitura mais organizada da ocupação, e, sobretudo, da sua sequência.

Em outros casos, a análise foi mais difícil, uma vez que a escavação (na área ajardinada do Jardim da Portas do Sol, no espaço do Restaurante e na Avenida 5 de Outubro) foi de dimensão mais reduzida, mas, ainda assim, houve a oportunidade de verificar associações de materiais republicanos.

Como já se referiu, na área dos viveiros identificou-se um conjunto de estruturas que correspondem a edifícios alinhados de forma ortogonal, em função de arruamentos. Trata-se de uma série de construções que incluem diversos compartimentos de planta rectangular, cuja implantação rompe claramente com o urbanismo anterior, da Idade do Ferro. Trata-se, portanto, das primeiras edificações romanas da Alcáçova de Santarém e foram integradas no que se designou como fase 1, de cronologia tardo republicana, concretamente do segundo quartel/meados do séc. I a.C. (Arruda e Viegas, 2002; Viegas 2003; Almeida 2008).

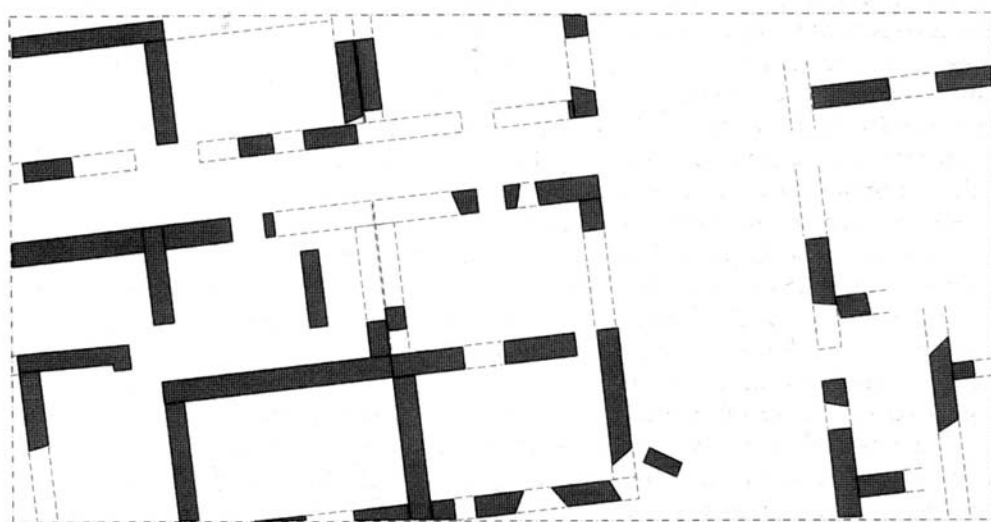


Figura 3
Planta esquemática das construções da Fase Republicana na área do Horto (segundo Viegas 2003).

Contudo, tornou-se evidente que estas construções foram erguidas sobre estratos de aterro e de preparação, que taparam fossas cujo enchimento continha espólios também republicanos, ainda que, como é evidente, lhes possamos atribuir, quer pela posição estratigráfica quer mesmo pela tipologia dos materiais que nelas se recuperaram, uma cronologia anterior.

A análise da totalidade dos materiais recuperados nos níveis de preparação/fundação e utilização destes edifícios encontra-se ainda por efectuar de forma detalhada, mas no âmbito do estudo levado a efeito acerca das importações anfóricas do Guadalquivir, realizou-se uma primeira abordagem contextual destes dados (Almeida, 2008, p. 254-256).

Nestes contextos, as ânforas são itálicas, de tipo Dressel 1, existindo também produções da *Ulterior*, concretamente Mañá C2b, ovóides e Dressel 1 gaditanas e Dressel 7/11. A cerâmica comum de âmbito local/regional está também documentada, assim como a importada da Península itálica e do vale do Guadalquivir. Entre as cerâmicas de mesa importadas assinala-se a cerâmica campaniense e a de paredes finas.

Foi ainda possível verificar a existência de níveis preservados de época republicana em outras áreas. Destacamos, pela sua relevância, o conjunto de materiais identificados no sector B, escavado no Jardim, por constituir um excelente exemplo das associações artefactuais documentadas para o período tardo-republicano. Aqui, eram abundantes as produções anfóricas do Guadalquivir, além de ânforas itálicas (Dressel 1), e da área costeira da *Ulterior* (Dressel 7/11, Mañá C2b). As cerâmicas de mesa importada encontravam-se igualmente bem representadas por vasos de paredes finas, sendo de referir também a cerâmica campaniense A (Lamb. 1, Lamb. 2, Lamb. 5/7 e Lamb. 55), e a cerâmica campaniense de produção calena e etrusca, além da de pasta cinzenta (Soria, 2013, p. 256).

Do mesmo modo, a escavação do templo possibilitou o reconhecimento de um conjunto de níveis de cronologia republicana anteriores à sua (Arruda e Viegas, 1999). Os dados mais relevantes foram recuperados nas sondagens 11 e 13, implantadas junto à fachada Este do monumento, onde as camadas 4, 5, 6 e 32 estavam associadas a um conjunto de estruturas tardo-republicanas, destruídas para a construção do *podium* (*Ibidem*; Viegas, 2003). Apresentavam ânforas: itálicas (Dressel 1) e da *Ulterior* (Dressel 7/11, e Mañá C2); cerâmica comum e de mesa (campaniense e paredes finas). Foram exactamente os materiais recolhidos nestes níveis que possibilitaram avançar com uma datação *terminus post quem* para a construção do templo, meados do século I a.n.e. (Arruda e Viegas, 1999).

Na intervenção de arqueologia preventiva realizada na Av. 5 de Outubro, registaram-se igualmente contextos conservados de época romana republicana, tendo-se recuperado um conjunto muito significativo de ânforas itálicas do tipo Dressel 1. Esta área apresenta a maior concentração deste tipo anfórico na Alcáçova de Santarém, estando-lhes associados alguns objectos metálicos e escassos numismas.

3. Os materiais

As evidências estratigráficas atrás sumariamente apresentadas permitiram detectar dois grandes momentos de ocupação, que se diferenciam, não só pelas características sedimentológicas das terras que embalavam os espólios e pela sua posição relativa na sequência estratigráfica, mas também pelas especificidades formais dos materiais arqueológicos recolhidos nas referidas e distintas camadas de terra.

Os materiais arqueológicos de época republicana recuperados em Santarém são sobretudo cerâmicos, concretamente ânforas, cerâmicas de mesa e de cozinha (campanienses, paredes finas, *kalathoi*, lucernas, unguentários). Numismas, fíbulas e vasilha metálica foram também recuperados quer em níveis conservados, quer em estratos de deposição secundária, o mesmo se passando com as armas, que são em número muito reduzido, mas que integram glandes de chumbo e pontas de lança.

As ânforas republicanas de Santarém foram já estudadas quase integralmente em trabalhos de vária natureza (Arruda e Almeida, 1998; Arruda e Almeida, 1999; Arruda e Almeida, 2001; Bargão, 2006; Almeida, 2008). Importa, portanto, explicitar aqui que as do momento mais antigo são maioritariamente itálicas, mais concretamente da costa tirénica, dividindo-se pelos tipos greco-itálico e Dressel 1, quer de transição quer clássicas,

havendo ainda a registar exemplares com origem em Brindes. As restantes são oriundas do norte de África, Tripolitanas Antigas e Manã C2 (7.4.1.1.), destacando-se também uma ródia. As 9.1.1.1. (CNN), gaditanas, ainda que não tenham sido encontradas em contextos preservados devem ser incluídas nesta fase inicial.

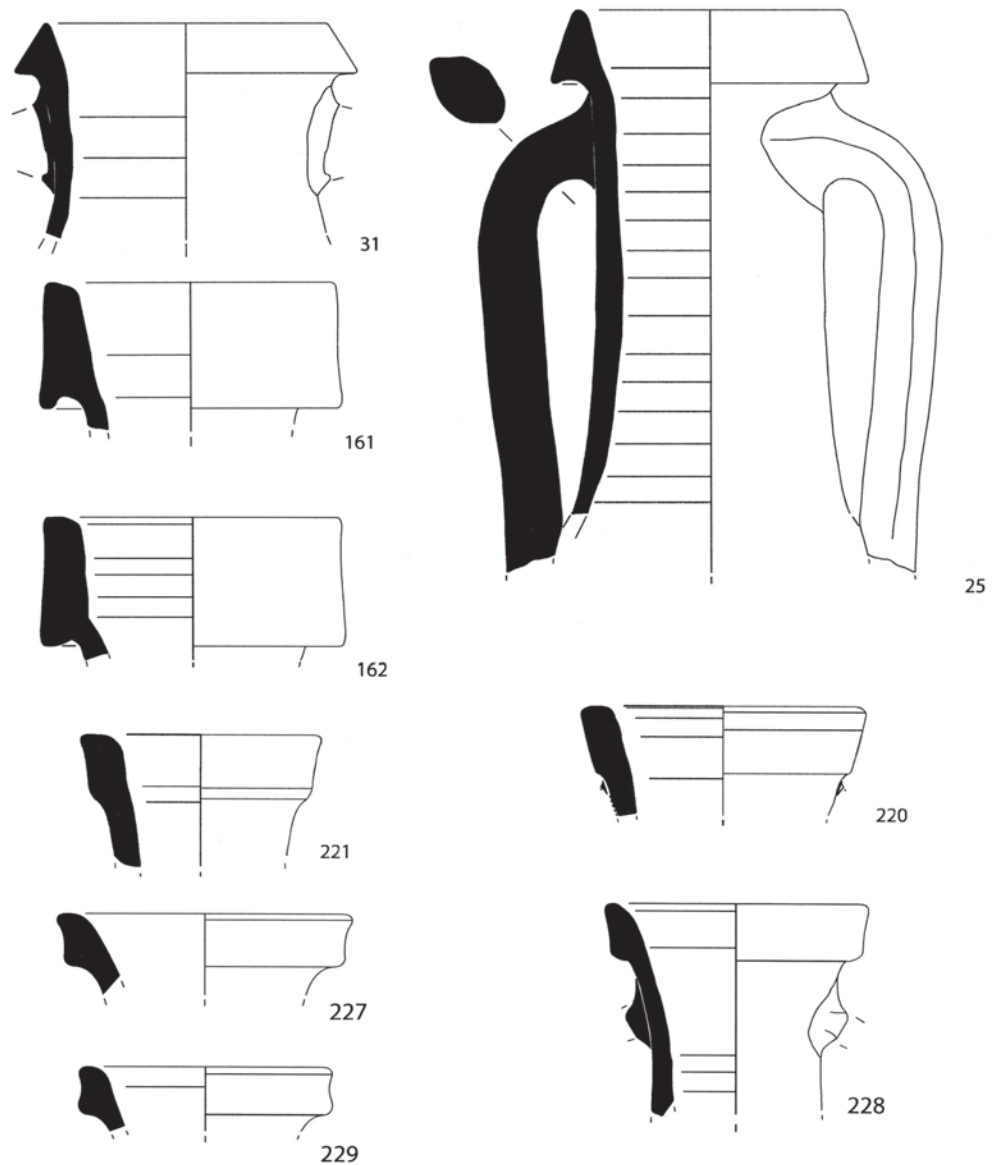


Figura 4
Ânforas greco-italicas, Dressel 1
itálicas, Lamboglia 2
e Tripolitanas antigas,
da Alcáçova de
Santarém, (segundo
Arruda e Almeida
1999; Bargão, 2006,
adaptado).

A partir do 2º quartel do século I a.n.e., as realidades alteraram-se também no que diz respeito às importações de produtos alimentares. O vinho itálico continua a ser adquirido em quantidades relevantes, ainda que diminua em volume, e fosse então contido em ânforas Dressel 1 e Lamboglia 2, estas últimas, contudo, numericamente insignificantes. Os produtos vinários e oleícolas do vale do Guadalquivir tornaram-se importantes, estando representados pelas ânforas Haltern 70, Classe 67 e Dressel 28. A abundância de contentores anfóricos provenientes do Vale do Guadalquivir é assinalável nesta fase, tendo a sua

diversidade morfológica permitido já uma abordagem detalhada acerca dos tipos, que com esta origem, estão representados na Alcáçova de Santarém, o que possibilitou a avançar com novas propostas tipológicas para estes contentores (Almeida, 2008).

Mas é a baía de Cádiz que assume o maior protagonismo nestes contextos republicanos mais tardios, através dos numerosíssimos fragmentos de Maña C2b, que dominam, em absoluto, no conjunto das ânforas republicanas de Santarém.

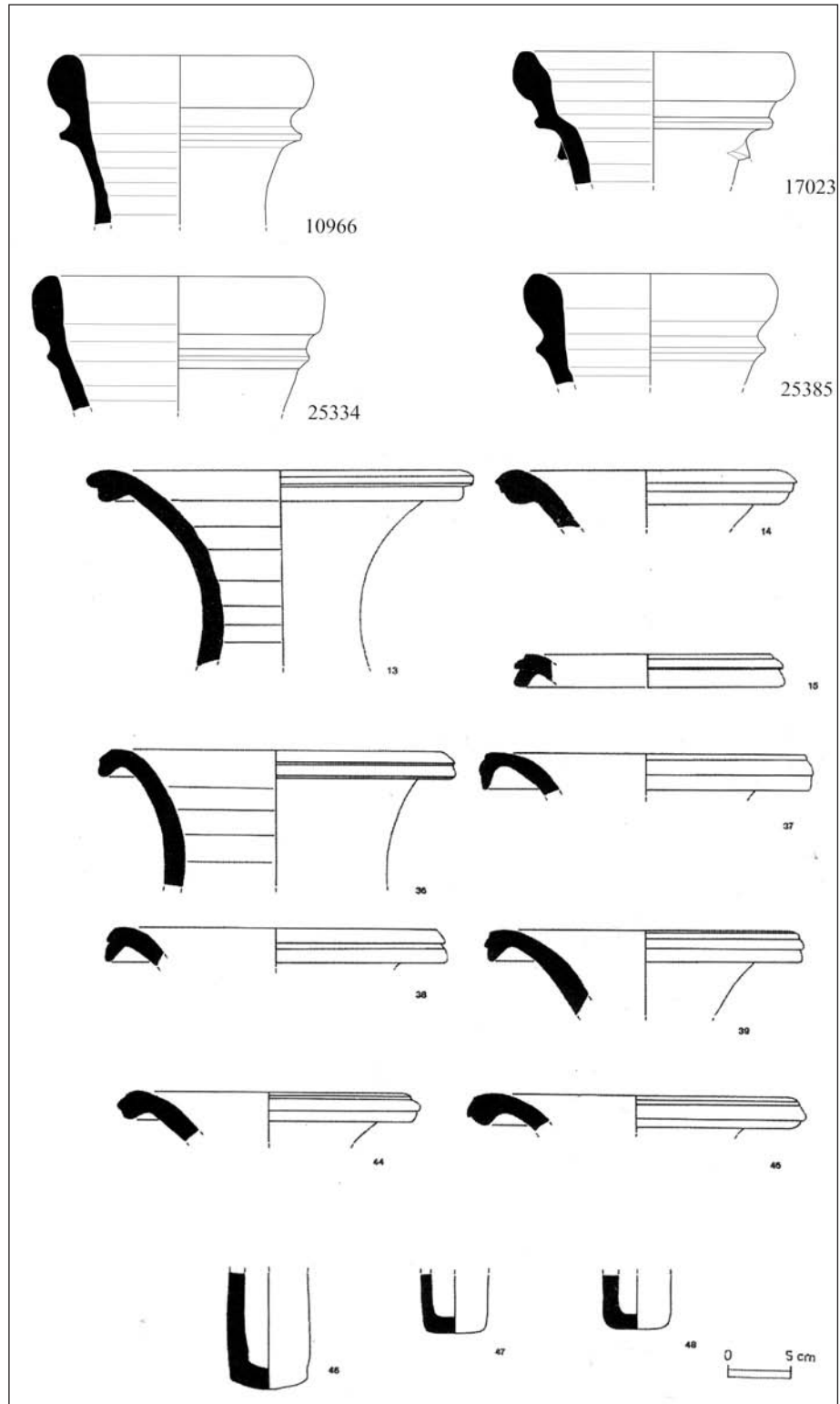


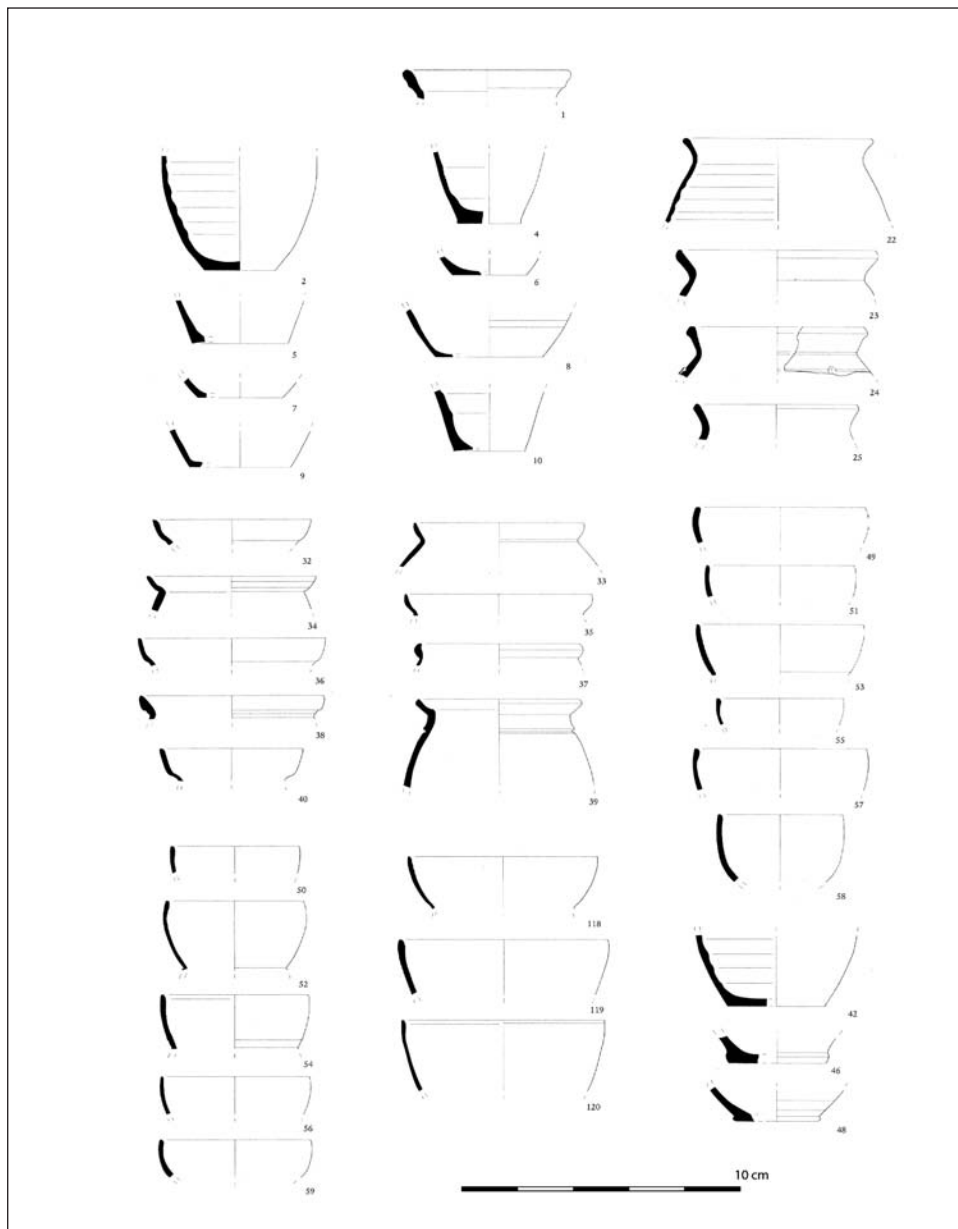
Figura 5
Ânforas da Classe 67
originárias do vale
do Guadalquivir,
(segundo Almeida,
2008) e Maña C2
da região gaditana,
(segundo Arruda
e Almeida, 1998,
adaptado).

O conjunto de cerâmica campaniense da Alcáçova de Santarém é abundante contando com 1058 fragmentos, dos quais 396 foi possível integrar nas tipologias de referência. Contabilizado o NMI, V. Soria identificou 217 peças correspondentes às produções de Cales/Teano, o que constitui 74% do total da amostra recuperada (Soria, 2013, p. 262, Fig. 6). A cerâmica campaninense A encontra-se representada por 37 indivíduos, a de pasta cinzenta por 31 e a B estrusca por apenas 10 (*Ibidem*).

Ainda no que se refere à cerâmica campaniense, deve referir-se que a de tipo A é maioritária nos contextos mais recuados cronologicamente, estando presentes as formas Lamb. 36, Lamb. 5-7, Lamb. 27, Lamb. 55. (*Ibidem*).

O panorama muda a partir do século I a.n.e, com as campanienses calenas a serem quase exclusivas, no que se refere à importações itálicas, sendo as A residuais. Neste caso, as taças Lamboglia 1 e os pratos Lamb. 5, 7 e 5/7 são as formas mais comuns, encontrando-se neste conjunto o característico losango impresso, que corresponde a decoração típica destas produções. As formas Lamb. 2, 3 e 4 foram também recuperadas.

Figura 6
Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém, (segundo Arruda e Sousa, 2003, adaptado).



Muito bem representadas estão também as produções hispânicas de pasta cinzenta, sendo as formas mais comuns as Lamb. 5/7 e, em menor número, as Lamb. 1, portanto um conjunto de formas características do séc. I a.C.. Mas as formas Lamb. 2, 3, 4, 6, 16, 27 e 28 também se identificaram.

Para beber, os copos de cerâmica de paredes finas da forma 1 de Mayet foram registados, mas são sobretudo os da 2, 3, bem como as taças da 8, 9 e 10 da mesma tipologia que desempenharam tal função (Arruda e Sousa, 2003). Trata-se de um conjunto de importações itálicas cuja cronologia se centra entre o período republicano e o reinado de Augusto (*Ibidem*).

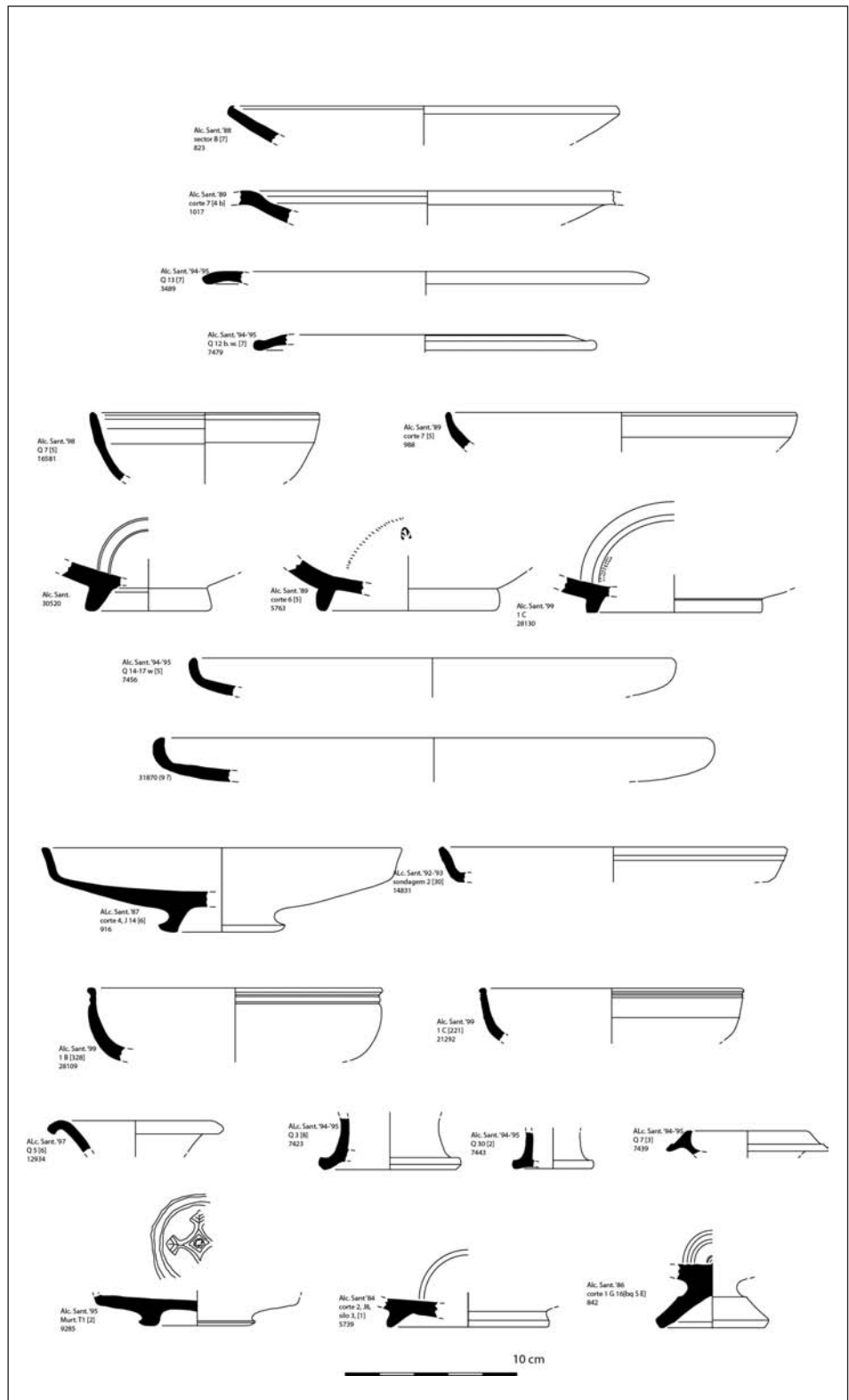


Figura 7
Cerâmica
campaniense A e
B (Cales/Teano) da
Alcáçova de Santarém,
(segundo Soria, 2013,
Fig. 7 e 8, adaptado).

Relativamente à *terra sigillata*, foi possível identificar no conjunto *scallabitano* alguns exemplares de *sigillata* oriental A, de formas que tipologicamente se podem enquadrar na fase final do período republicano. Infelizmente encontravam-se em contextos posteriores, mas esta identificação, feita pela primeira vez neste sítio nas margens do rio Tejo, permitiu alargar a difusão para Ocidente da distribuição desta categoria cerâmica (Viegas, 2003). As cerâmicas de iluminação republicanas não são muito numerosas em Santarém. Pudemos, no entanto, reconhecer uma lucerna que pode remontar à 1ª fase, concretamente de tipo Ricci E, ainda que outra da mesma forma possa ser já incluída em momentos mais tardios, a que se associam outras de recolhidas em H da mesma tipologia (Pereira, 2008; 2014). Nesta cronologia da 2ª metade do século I a.n.e., cabem também as Ricci/Dressel 1, Ricci-Dressel 2/Ponsich 1 B/Deneauve I, Dressel 2/Ricci-Dressel 2A, Dressel 2/Ricci-Dressel 2/3, Dressel 3/Ricci-Dressel 3/Walters 73-74/Ponsich IC/Deneauve III e Dressel 3/Ricci-Dressel 3A (*Ibidem*).

Mesmo sendo maioritariamente já de cronologia alto imperial, entre a cerâmica comum importada assinala-se a presença de cerâmica de engobe vermelho pompeiano do período republicano. Infelizmente, os escassos fragmentos pertencentes à forma Luni 1 (tipo 3 de Aguarod), não foram recolhidos em contextos primários (Arruda e Viegas, 2002b, p. 221-238).

Os artefactos metálicos que pudemos associar à ocupação republicana correspondem a algum armamento de ferro, assim como a projecteis de chumbo para funda (glandes). Outro artefacto que deve ser destacado devido à sua raridade no território actualmente português e ao estado de conservação que apresenta corresponde a um *simpulum* de bronze de pega vertical. A origem é, muito possivelmente, itálica, encontrando-se associado ao consumo do vinho (Arruda, Viegas e Almeida, 2002, p. 154).

Não podemos também deixar de aqui registar a presença de fíbulas que correspondem à época republicana (Arruda, Viegas e Almeida, 2002: 164), das quais destacamos uma de tipo “transmontano”, tipo Schule 4H, recolhida em contexto do Sector B, e que podemos datar do 3º quartel do século I (*Ibidem*).

As moedas não são abundantes na Alcáçova de Santarém. Ainda assim, as cunhagens peninsulares estão representadas por exemplares cunhados em Córdova, Mértola (*Ibidem*) havendo também exemplares de Roma, sendo a cronologia de todas estas passível de atribuir aos anos 80 do século I a.n.e.

4. Considerações finais

A análise dos materiais arqueológicos em geral, nas suas especificidades formais e de fabrico e, sobretudo algumas associações entre eles que foi possível verificar nos escassos níveis de deposição primária, permitiram ir um pouco mais longe na análise da ocupação republicana de *Scallabis*.

Assim, parece claro que é ainda nas últimas décadas do século II a.n.e que o *opidum* pré-romano inicia o processo da romanização. A este momento, arqueologicamente documentado em algumas fossas e em aterros que se escavaram sob os edifícios identificados, em 1999-2000, na área dos viveiros, pudemos associar um conjunto de materiais específicos. As armas são muito raras em Santarém, mas as que aparecem estão quase sempre contextualizadas nestes níveis mais antigos. O mesmo se passa relativamente a baixela metálica. A partir do 2º quartel do século I as realidades alteram-se consideravelmente. É este o momento em que se constroem os edifícios identificados na área dos viveiros. Por outro lado, os contextos preservados surgem também em outras áreas escavadas.

O processo de romanização do importante povoado pré-romano de *Scallabis* é pois aparentemente tardio. De facto, apenas nas últimas duas décadas do século II surgem espólios que indicam se não presenças efectivas, seguramente contactos regulares e já relativamente intensos, consubstanciados em importações de produtos alimentares e manufacturados, mas é no século I, a partir do segundo quartel, que as quantidades dessas importações indicam já a romanização plena do *opidum* e muito provavelmente a presença de populações itálicas. É também neste momento que se implanta um plano arquitectónico de traçado ortogonal, que aliás rompe com o existente na Idade do Ferro

Tendo em consideração estes dados parece imprescindível a sua leitura em função dos processos de conquista e romanização do vale do Tejo, mais especificamente do seu estuário. Impõe-se, portanto, uma análise que tenha também em consideração os outros sítios que se localizam na mesma região, muito especificamente Lisboa, Chões de Alpompe (Diogo, 1982), Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira, (Pimenta, 2013), mas também outros da margem esquerda como é o caso do muito esquecido Alto do Castelo em Alpiarça (Kalb e Hock, 1988) e do Alto dos Cacos, em Almeirim (Pimenta, Henriques e Mendes, 2012). Assim, Santarém parece ter ficado relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no 3º quartel do século II a.n.e., com a campanha de 138, realidade que distingue o sítio dos outros dois importantes povoados pré-romanos da foz do Tejo, Lisboa e Chões de Alpompe, onde esse momento está particularmente bem documentado.

Tal como parece ser o caso do Monte do Castelinho, é já em momento relativamente avançado do século I, mais exactamente no seu 2º quartel que *Scallabis* se integra plenamente no mundo provincial romano, parecendo possível admitir que será então que o topónimo *Præsidium Iulium Scallabis* se impõe. E assim sendo, a cronologia da realidade que os materiais arqueológicos permitem avançar, bem como o topónimo propriamente dito são passíveis de se interpretarem à luz do pretorado de César na Ulterior.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMEIDA, R. (2008)** - *Ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Barcelona: Universidade de Barcelona. (Coll. Instrumenta 28).
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1998)** - As ânforas da classe 32 da Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-1991). *Conimbriga*, 36, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. (1999)** - As importações de vinho itálico para o território actualmente português: Contextos, cronologias e significado. In *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Casa de Velázquez. 65, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (1999)** - The roman of Scallabis (Santarém, Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto, 1, p. 185-224
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; ALMEIDA, M. J. (2002)** - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia.
- ARRUDA, A. M. e ALMEIDA, R. (2001)** - Importação e consumo de vinho bético na Colónia romana de Scallabis (Santarém, Portugal). In *Actas do Congreso Internacional «Ex Baetica Amphorae Conservas, aceite y vino de la Bética en el Imperio romano»*. Sevilha, 1998. Vol. II, p. 703-716.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002a)** - A Alcáçova. In *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: IPM/Museu Nacional de Arqueologia, p. 73-81.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. (2002b)** - A cerâmica de engobe vermelho pompeiano da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 1, p. 221-238.
- ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2003)** - Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 6, 1, p. 235-286
- BARGÃO, P. (2006)** - *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FARIA, A. M. (1999)** - Colonização e municipalização nas províncias hispano-romanas: reanálise de alguns casos polémicos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2, 2, p. 29-50.
- KALB, P., HÖCK, M. (1988)** - Moron. *Conimbriga*, 27, p. 189-201.
- MANTAS, V. (1993a)** - As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga* (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990). Coimbra: Universidade, p. 467-500.
- PEREIRA, C. (2008)** - *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Policopiada)
- PEREIRA, C. (2014)** - Roman Lamps of *Scallabis* (Santarém, Portugal), BAR Int series S2627. Oxford.
- PIMENTA, J. (2013)** - Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008)** - Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013)** - 1ª Campanha de escavações arqueológicas no povoado pré-romano de Porto de Sabugueiro. *Cira*, 2, p. 195-219
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** - *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*: Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- SORIA, V. (2013)** - Cerâmica de mesa em época tardorepublicana em *Scallabis*: o contributo da campaniense. In *Actas del I Congreso Internacional de la SECAH (Cádiz, 2011)*. *Monografías Ex Officina Hispana* 1, II. Cádiz, p. 249- 269.
- VIEGAS, C. (2003)** - *Terra sigillata* da Alcáçova de Santarém – Economia, comércio e cerâmica. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 26.

NOTAS

- ¹ UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- ² UNIARQ – Centro de Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa